

# Legislativo presta um serviço à Nação

- 2 FEV 1993

GAZETA MERCANTIL

Herbert Levy \*



Não se trata de ser favorável a empresários ou sindicalistas. A situação criada nos portos com a ditadura exercida pelos líderes dos trabalhadores portuários e pelo abuso nas cobranças de taxas de serviço — provavelmente as mais altas do mundo — atingia toda a economia brasileira, vale dizer, a Nação.

Todo o poder absoluto leva ao abuso. E o que estava ocorrendo até agora encarcerava nossas importações e, o que é mais grave, impossibilitava em muitos casos as nossas exportações.

Confiantes em sua força de pressão, grande número de trabalhadores deslocou-se para Brasília e compareceu à Câmara dos Deputados para apoiar suas pretensões e secundar a ação de suas lideranças.

Não se trata de conferir a empresários a faculdade de ditar normas de conduta e custos de serviços. Essa tarefa cabe, em última análise, ao Poder Público, que tem sido impotente, pelas restrições da lei, para corrigir uma situação de clamoroso desrespeito ao interesse público.

O Senado e a Câmara dos Deputados colocaram-se, assim, decisivamente ao lado do bom senso e contra um falso populismo. Foi nova oportunidade, após sua admirável conduta no processo que levou ao "im-

peachment" do presidente Collor de Mello — alicerçado em provas irrefutáveis que um também impecável Judiciário e uma exemplar Comissão Parlamentar de Inquérito acumularam —, de o Legislativo recomendar-se ao apreço da opinião pública.

O deputado baiano José Carlos Aleluia, relator na Câmara dos Deputados, merece um crédito especial por resistir a todas as pressões e defender o interesse geral.

A propósito, em matéria de melhoria da autoridade e do crédito do Legislativo, pelos quais todos devemos nos bater, é oportuno lembrar aos legisladores o dever indeclinável de fazer cumprir a Constituição quando estabelece a representação proporcional para

a Câmara dos Deputados. Não é defender os interesses políticos de São Paulo nem pretender que os deputados paulistas sejam melhores do que os outros, pois, na verdade, os valores que se revelam no Legislativo têm características individuais e não regionais.

Trata-se, sim, de defender a Constituição, legitimando a representação proporcional.

Enquanto isso não ocorrer, aqui e no exterior, seremos considerados uma democracia de segunda ordem e não consolidaremos o novo respeito que as nossas instituições granjearam na opinião pública mundial com o episódio Collor de Mello.

\* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.